

**Ecologia, capital e cultura:  
racionalidade ambiental,  
democracia participativa e  
desenvolvimento sustentável.**

Enrique Leff.

Editora da FURB. Blumenau.

(Tradução de Jorge Esteves da  
Silva).

## NA BUSCA DE UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL

GUILLERMO FOLADORI\*

Enrique Leff é um dos principais intelectuais latino-americanos no âmbito da problemática ambiental. É coordenador da *Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe*, do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA) e, também, professor da *Universidade Autônoma do México* (UNAM). O livro que a Edifurb acaba de publicar (o número 5 da coleção “Sociedade e Ambiente”),<sup>1</sup> é uma tradução da versão em espanhol — **Ecologia e Capital** — publicada originalmente em 1986 (UNAM) e depois reeditada em 1994 (Siglo XXI) no México. Vale a pena nos determos nessas diferentes versões, que são indicativas da evolução do pensamento do autor.

Durante as décadas de setenta e oitenta, Leff era amplamente conhecido nos países hispano-falantes por sua posição teórica marxista. Na discussão sobre a

questão ambiental, reconhecer-se marxista, naqueles anos, não era fácil. A maioria dos autores considerava o marxismo como produtivista, antropocêntrico e desinteressado pelo valor que a natureza *per se* podia ter. Certo é que em 1962, Alfred Schmidt (escola de Frankfurt) havia publicado **O conceito de natureza em Marx**, mas tratava-se de uma obra filosófica e sem relação direta com a moderna discussão ambiental. Talvez o primeiro artigo a dar uma resposta à discussão sobre a crise ambiental, de uma perspectiva marxista, tenha sido o de Hans Magnus Enzensberger “A critique of Political Ecology”, publicado em 1974. Também em 1977, Howard Parsons publicou **Marx and Engels on Ecology**, um longo artigo acompanhado de uma seleção de textos de Marx e Engels. Durante os anos oitenta, Iring Fetscher, da Escola de Frankfurt, publicou **Condições de sobrevivência da humanidade. É possível salvar o progresso?** (1985), um livro importante, porém, lamentavelmente, pouco divulgado. É nesse contexto que Leff publicou a coletânea da primeira edição de **Ecologia e Capital** (1986). Todos esses autores colocavam-se numa situação de clara dissidência a respeito das correntes hegemônicas que tratavam da questão ambiental. A situação agravava-se, ainda, pelo fato do mundo ocidental conhecer, durante a década de oitenta, os graves problemas ambientais que estavam acontecendo nos países socialistas. A questão ambiental revelava-se uma praga da civilização moderna e não exclusiva do sistema capitalista. Os marxistas se vêem entre dois fogos. Por um lado, já havia diferentes propostas teóricas não-marxistas para entender e tentar solucionar a crise ambiental (ecologia profunda, economia ecológica, economia

\* Professor Visitante no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. E-mail: fola@cce.ufpr.br

ambiental etc.) Por outro, o suposto respaldo numa realidade diferente (socialista) havia se desmoronado.

Não é por acaso que o marxismo “ecológico” tenha tido uma mudança na expressão de alguns de seus representantes durante a década de oitenta. Nessa década surge o “eco-marxismo”, cujo melhor representante foi a revista norte-americana **Capitalism, Nature and Socialism** (primeiro número de 1988) dirigida por James O'Connor. Uma versão semelhante foi publicada na Itália, com o nome de **Capitalismo, Natura, Socialismo**, e a revista espanhola **Ecología Política**, assim como a francesa **Ecologie Politique** incluíram alguns trabalhos dessa perspectiva. Qual a novidade do eco-marxismo? Embora não seja fácil caracterizar uma corrente formada por diversos autores com posições nem sempre iguais, podemos dizer que o eco-marxismo caracteriza-se por: a) uma interpretação do materialismo histórico como pouco eficaz para entender os problemas ambientais, por não incluir contradições não classistas, como as de raça, gênero e, em particular, ecológicas; b) o reconhecimento da existência de limites físicos naturais ao desenvolvimento humano; e, c) a leitura da teoria do valor de Marx como baseada exclusivamente no valor de troca, despreocupada pelo valor intrínseco da natureza virgem e dos resíduos da produção. A tarefa que o eco-marxismo se propunha era, precisamente, aprofundar o materialismo histórico com um viés ecológico. Para muitos, nunca ficou claro quanto o eco-marxismo conservava do marxismo, já que esses três elementos anotados acima eram compartilhados por praticamente todas as correntes ecologistas; e não foi senão até 1999 que dois livros (Burkett, Foster)

vieram realizar estudos aprofundados do pensamento de Marx em relação à natureza e desvendar inúmeros equívocos.<sup>2</sup> Leff se incorpora decididamente à corrente eco-marxista com sua segunda versão de **Ecologia e Capital**, publicado em 1994. Aí mostra uma mudança importante em relação ao texto de 1986. Essa mudança fica explícita entre o capítulo três (Natureza e sociedade no materialismo histórico), reeditado a partir da versão de 1986, e o capítulo 13 (O eco-marxismo e a questão ambiental), novo na edição de 1994. Enquanto o primeiro encontra-se dentro do paradigma “clássico” do marxismo, o segundo é clara expressão do eco-marxismo crítico. A citação a seguir resume esta última posição eco-marxista:

“As categorias teóricas do Marxismo tradicional —modos de produção e formação econômico-social— resultam demasiado esquemáticas para se compreender a sobreposição das esferas ideológica, política e econômica, assim como a articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais, que constituem as bases e as condições de sustentabilidade da produção” (:212-213).

Entretanto, a nova versão em português (2000) pouca coisa mantém daquela discussão marxista. Foram retirados aqueles capítulos e incluídos outros que dizem respeito ao papel da cultura, da democracia, e da participação social. E, embora metade do livro (5 capítulos de 10) conserva a redação de 1986, esta nova edição vai resultar muito menos conflituosa para o leitor. Uma compilação de artigos é sempre difícil de resenhar, já que cada um tem uma lógica e temática própria. Não obstante, poderíamos dizer que o livro tem um fio condutor e uma

preocupação central: a busca de uma “racionalidade ambiental”. O que é isso? Leff parte do pressuposto de que as sociedades “modernas”, tanto capitalista quanto socialista, seriam produtivistas e antiecológicas. Tratar-se-iam de sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis. A busca de uma racionalidade ambiental tem como objetivo detectar aqueles elementos que possam se constituir em base de uma estratégia produtiva alternativa, onde a natureza se integre à lógica produtiva. Essa preocupação não é nova em Leff, pelo contrário, talvez seja a constante desde a primeira edição de 1986 até esta em português de 2000. O que vai mudando é a ênfase, cada vez maior, dos últimos artigos, nos aspectos culturais e participativos.

A racionalidade ambiental caracterizar-se-ia pela reunião de três aspectos. Primeiro, e desde uma perspectiva técnica, a procura de uma eco-tecnologia, baseada nos ritmos e ciclos ecológicos. O exemplo que melhor ilustra isso seria, segundo o autor, a agroecologia (Altieri, 1999). Segundo, e desde uma perspectiva humanista, uma produção destinada à satisfação das necessidades básicas, a qual seria contrária a lógica do mercado. Por último, e é este o aspecto mais importante a ressaltar na posição de Leff, uma racionalidade social diferente da mercantil-produtivista. Essa nova racionalidade deveria basear-se numa reapropriação social da natureza a partir de formas de democracia participativa direta — não a tradicional democracia representativa. Por sua vez, essa gestão direta dos recursos naturais estaria

baseada em práticas tradicionais resultantes das cosmovisões e culturas que têm um comportamento mais harmônico (sustentável) com a natureza.

Se alguma coisa une esses aspectos é o “localismo”, a preocupação de que a economia se regule segundo as necessidades, as possibilidades e a participação local. Embora essa idéia não esteja suficientemente desenvolvida no livro, considero-a bastante próxima da proposta sintetizada na palavra inglesa “localization”. Eu me pergunto se o quadro teórico apresentado no livro de Colin Hines (2000) **Localization. A global manifesto** não seria compatível com as idéias de Leff. Nesse livro, Colins explica a alternativa “localista” de desenvolvimento. O eixo estaria dado pela idéia central das comunidades, das regiões e das nações — nessa ordem, do menor ao maior — lograrem recuperar o controle sobre a economia. A prioridade seria a auto-suficiência. Tudo o que pode ser produzido no local deve sê-lo. Quando não houver condições locais, o regional tem prioridade, depois o nacional e, em última instância, o internacional.

O grande ausente do livro de Leff é o mercado. Embora o autor seja explícito na crítica da lógica de mercado como causa principal da insustentabilidade, não fica claro como a nova racionalidade ambiental vai se relacionar com o mercado. Leff não é nenhum partidário da ecologia radical, nem está pensando numa “volta atrás” na história. Então, como a participação social, o resgate das culturas tradicionais, a eco-tecnologia vão se desenvolver num mundo onde o mercado regula a produção? Leff acha que essa nova racionalidade ambiental vai além da alternativa dos economistas ambientais (neoclássicos) para quem os

problemas ambientais se resolvem outorgando preços à natureza. É crítico, inclusive, do ecologismo, no sentido de guiar a economia segundo os princípios da ecologia. Ele fala da socialização da Natureza e de um manejo comunitário dos recursos baseados, isso tudo, em princípios de diversidade ecológica e cultural. Assim, ele escreve:

“...a democracia e a equidade redefinem-se no campo da sustentabilidade em termos dos direitos de propriedade e de acesso aos recursos, ou seja, das condições culturais e políticas de reapropriação do ambiente” (:210).

Socialização da natureza, reapropriação do ambiente, levam a pensar numa ordem na qual a propriedade privada e o mercado sejam marginais ou, pelo menos, governados por outras leis sociais.

Como tudo isso vai se levantar como uma alternativa à globalização, à economia corporativa mundial, à lógica do mercado? São todas perguntas de difícil resposta. E o que resulta ainda mais preocupante é pensar que dentro dessas novas formas de organização participativa, democráticas, autogestionárias, não vão surgir contradições e diferenciações internas derivadas da lógica do mercado. O autor é consciente dessas dificuldades. Na página 239, ele faz quatro perguntas que sintetizam tal preocupação:

a) quais são as margens de “ajuste” e as possibilidades de “reconversão” do sistema econômico internacional...

b) o sistema capitalista pode expandir-se sem provocar um processo de crescimento econômico que ultrapasse as

condições de equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas....

c) é possível reconstruir uma ordem econômica mundial que se separe da lógica do mercado...

d) que estratégias são possíveis para flexibilizar os mecanismos econômicos do mercado e transitar para uma Racionalidade Ambiental...

Essas perguntas, do capítulo 6, foram publicadas num artigo em 1990. No capítulo 9, possivelmente o mais recente (1996) da coletânea que compõe este livro, o autor acha haver encontrado os agentes sociais e os exemplos empíricos que seriam base dessa nova racionalidade ambiental. Ele escreve:

“As novas lutas sociais no campo —que podem ser definidas como ambientalistas, no sentido em que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e à transformação do sistema político e econômico dominante (a luta pela transição para uma *democracia na produção*)—, afastam-se do conservacionismo ecologista e dos projetos individuais de automarginalização da ordem social dominante (as comunas ecológicas). Tampouco se inserem nos ‘comportamentos sociais desviantes’ pelo simples repúdio do modo de produção, por sua ruptura com a ordem política ou sua exclusão cultural, sem questionar e sem entrar em conflito com a ordem estabelecida.

Pelo contrário, os novos movimentos sociais do meio rural desafiam a hegemonia das forças políticas e econômicas, dos processos de decisão e governabilidade. Neste sentido, são lutas pela produção e pela Democracia, que trazem em si o germe

da construção de uma *nova racionalidade social produtiva*.

Embora estes movimentos estejam fora dos esquemas de mudança do sistema político, da transformação do modo de produção e das lutas reivindicativas de classes (no sentido marxista tradicional), estabelecem novas solidariedades, alianças e efeitos simbólicos, que estão abrindo caminhos para a construção de uma nova racionalidade produtiva, através de um projeto de Democracia Direta” (:340-341).

Leff busca no espaço do município e da comunidade a participação democrática e direta para a gestão dos recursos ambientais. Resta ainda saber como esse germe vai se reapropriar, pela via da democracia direta, dos 70% da produção mundial em mãos de 300 corporações multinacionais.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALTIERI, M. A. 1999 **Agroecología. Bases científicas para una agricultura sustentable**. Nordan Comunidad, Montevideo.
- BURKETT, P. 1999. **Marx and Nature. A Red and Green Perspective**. St. Martin's Press. New York.
- ENZENSBERGER, H.M. 1974 “A critique of Political Ecology”. **New Left Review** No. 84
- FETSCHER, I. 1985 [1988] **Condiciones de supervivencia de la humanidad. ¿Es posible salvar el progreso?** Editorial Alfa. Barcelona.
- FOLADORI, G. 2001. “O metabolismo com a natureza”. **Critica Marxista**. No. 12. Boitempo. São Paulo.
- FOSTER, J. B. 1999. **Marx's Ecology. Materialism and Nature**. Monthly Review Press. New York.

HINES, C. 2000. **Localization. A global manifesto**. Earthscan. London.

LEFF, E. 1986 **Ecología y Capital**. UNAM. México D.F.

LEFF, E. 1994. **Ecología y Capital**. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Siglo XXI-UNAM. México D.F.

PARSONS, H. 1977 **Marx and Engels on Ecology**. Greenwood Press. London.

SCHMIDT, A. 1962 [1976] **El concepto de naturaleza en Marx**. Siglo XXI. México D.F.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Vale a pena parabenizar à editora pela coleção. Além do de Leff, publicou livros de Merico, Martinez-Alier, Petras e Chomsky e Dieterich.

<sup>2</sup>O leitor pode consultar resenhas desses livros na web, no site: [www.unilivre.org.br/centro/f\\_resenhas.htm](http://www.unilivre.org.br/centro/f_resenhas.htm). Também o artigo “O metabolismo com a natureza” na mesma linha de pensamento (Foladori, 2001).